

Em plena Batalha do Atlântico, em 1942, o Brasil recebe a visita de Frank Knox, Secretário de Marinha dos EUA*

In the middle of the Battle of the Atlantic, in 1942, Brazil was visited by Frank Knox, Secretary of the US Navy

Giovanni Latfalla

Tenente-Coronel R/1 do Exército Brasileiro. Doutor em Ciência Política pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (USS). Ex-professor de História dos Colégios Militares do Recife, Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar os bastidores e acontecimentos insólitos ocorridos durante a visita do Secretário de Marinha dos Estados Unidos, Frank Knox, e sua numerosa comitiva, ao Brasil, em setembro de 1942, em plena Batalha do Atlântico, e pouco após o governo Vargas declarar guerra ao Eixo. Baseado em fontes inéditas, que ajudam a mostrar a complexidade do processo de alinhamento entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial e a preocupação com o esforço conjunto na defesa do hemisfério ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Getúlio Vargas; Alinhamento; Defesa

INTRODUÇÃO

Em fins de setembro de 1942, pouco mais de um mês após a declaração de guerra ao Eixo, ocorrida em agosto, o Brasil recebeu a visita de Frank Knox, Secretário de Marinha dos EUA, junto com uma numerosa comitiva. Ele já havia visitado o Brasil, em março de 1939, e se encontrado com o Presidente Vargas, mas, naquela ocasião, ele era apenas um jornalista (VARGAS, 1995, p. 208). O pesquisador Frank McCann (1985, p. 236) escreveu que Knox veio fazer uma viagem de inspeção, tendo em vista que nesta época o Brasil estava

ABSTRACT

This article aims to show the behind the scenes and unusual events that occurred during the visit of the United States Navy Secretary, Frank Knox, and his numerous delegation, to Brazil, in September 1942, in the middle of the Battle of the Atlantic, and shortly after the Vargas government declare war on the Axis. Based on unpublished sources, which help to show the complexity of the alignment process between the two countries during World War II and the concern with the joint effort to defend the western hemisphere.

KEYWORDS: *Getúlio Vargas; Alignment; Defense*

*Artigo recebido em 2 de agosto de 2020 e aprovado para publicação em 14 de outubro de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 32, p. 27-39 – 2020.

ao lado dos Aliados, e já existia uma forte ligação entre a Força Naval do Atlântico Sul e a defesa marítima brasileira.

Que tipo de inspeção seria feita por Knox? O Secretário de Marinha tinha a atribuição para tomar alguma decisão estratégica ou tática, no teatro de operações do Atlântico Sul? Os motivos para estes questionamentos têm por base a atuação limitada do Secretário de Marinha durante a Segunda Guerra Mundial.

Tendo por início as suas atribuições, Huntington (1996, pp. 343-344) expôs claramente a respeito das atuações dos Secretários Knox (Marinha) e Stimson (Guerra), dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial:

Por toda a terceira administração de Roosevelt, os Ministros da Guerra e da Marinha foram excluídos de questões de grande estratégia. A escolha que Roosevelt fez de Stimson e Knox, em 1940, foi indubitavelmente, motivada, em parte, pelo sentimento de que ele próprio dirigiria as Forças Armadas e que os dois idosos Republicanos tenderiam a ser administrativamente passivos e politicamente neutralizados. Os Ministros não se encontravam nem com o Presidente nem com os Chefes da Junta. Tampouco compareceram, com uma ou duas exceções, às conferências de guerra com os aliados. Também não figuravam na lista de distribuição rotineira de documentos para a Junta de Chefes de Estado-Maior. Tendiam a ser excluídos de contatos entre órgãos militares e civis, já que estes preferiam tratar com a Junta de Chefes de Estado-Maior como um porta-voz unificado dos militares. Embora, às vezes, fossem consultados sobre matéria específica, os Ministros não tinham “nenhuma

responsabilidade formal em matéria de estratégia militar”. Até mesmo as aquisições e a logística estavam principalmente nas mãos dos subsecretários Patterson e Forrestal. Os ministros militares desempenhavam duas funções. Dentro de seus ministérios, cuidavam da administração geral, interna e, mais de perto, de assuntos civis. Para efeito externo, defendiam os interesses de suas Forças perante o Presidente, o Congresso e o público.

O presidente Roosevelt, em 1939, criou a Junta de Chefes do Estado-Maior para a conduta dos preparativos para a guerra, e estava em contato direto com o General George Marshall, pelo Exército, e Ernest King, pela Marinha. Após a metade do ano de 1942, o Almirante Leahy, velho amigo do presidente, passou a ser o Chefe do Estado-Maior do Comandante em Chefe (HUNTINGTON, 1996, pp. 341-342).

Sobre o Secretário Knox e sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial, estima-se de sua participação para o crescimento da Marinha de Guerra dos EUA, de 190 mil para três milhões de marinheiros, além do número de navios que a tornaria a maior do mundo em 1944, o ano de sua morte. Durante o conflito, inspecionou unidades navais em vários continentes, e veio ao Brasil como “embaixador da boa vontade”. Foi muito importante para o entendimento naval entre os EUA e o Reino Unido durante a guerra, mas ficou de fora das decisões sobre operações militares (USA, 2016).

É importante salientar que no livro *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*, de Conn e Fairchild, obra de referência sobre o processo de alinhamento entre o Brasil e os EUA, estão relacionados vários contatos entre autoridades militares e civis dos dois países, antes e durante a Segunda Guerra

Mundial, mas a viagem do Secretário Knox não foi mencionada, ou seja, para os autores, ela não deve ter tido muita importância para contribuir no esforço de guerra do Brasil e dos Estados Unidos.

FRANK KNOX É SURPREENDIDO

Ainda de acordo com McCann, o Almirante Jonas Ingram, o comandante da Força do Atlântico Sul, havia sido chamado pelo Presidente Vargas, em 29 de setembro, para oferecer-lhe o comando das Forças Navais brasileiras. Ingram informou a Knox a intenção do presidente brasileiro, que exteriorizou que nenhum país que respeitasse a si mesmo tomaria tal decisão, e que, em consequência, os brasileiros não eram sérios e, de alguma maneira, estavam passando por cima dele. Houve uma discussão acalorada entre os dois, e somente com a intervenção do embaixador dos EUA no Brasil, James Caffery, que falou que Vargas era pessoa séria e que a proposta era para a unificação de esforços das duas nações, é que Knox se tranquilizou. Para McCann, Getúlio não teria feito esta proposta, se soubesse que poderia perder o respeito dos norte-americanos (MCCANN, 1985, pp. 236-237).

Não era a primeira vez que Vargas havia proposto algo de incomum na relação entre os dois países. Em 1937, ele já havia tomado a iniciativa para uma cooperação na área militar entre as duas nações, fato este não levado em consideração pelos pesquisadores do assunto. Após a visita de Roosevelt ao Brasil, em 1936, e de sua ida à Conferência Interamericana de Consolidação, realizada em Buenos Aires, por convocação dos EUA, onde seria tratada a formação de um bloco continental de defesa, o governo brasileiro propôs aos EUA, em janeiro de 1937, uma discussão sobre cooperação militar e naval, inclusive a construção de uma base naval, para utilização dos EUA,

conforme a mensagem de Sumner Welles, Subsecretário de Estado ao Presidente Roosevelt (MCCANN, 1985, p. 94).

McAnn (1985, p. 94) cita uma mensagem de Vargas para o Presidente Roosevelt onde ele disse que, se os EUA fossem atacados, “os interesses vitais do Brasil estariam necessariamente envolvidos”. Ele escreveu também sobre a possibilidade de os EUA “utilizarem alguma outra porção do território brasileiro como meio de salvaguardar o acesso oriental ao Canal do Panamá”.

Getúlio escreveu ao Ministro Oswaldo Aranha:

Não devemos esquecer que os Estados Unidos poderiam ter um bom auxiliar no Brasil, como abastecedor e como base no Atlântico Sul. Seríamos sempre um aliado a considerar. Essa circunstância justificaria a conveniência de nos auxiliarem militarmente (NETO, 2013, p. 271).

Em 1937, os Estados Unidos não podiam aceitar esta oferta de cooperação militar com o Brasil, e somente os acontecimentos anteriores à deflagração da Segunda Guerra Mundial, particularmente após a Conferência de Munique, em 1938, fizeram que a sua postura fosse alterada (KISSINGER, 1999, pp. 411-412).

Retornando à questão do comando naval oferecido aos norte-americanos, na citada obra *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*, os autores escreveram que já no mês de abril, de 1942, o Presidente Vargas havia determinado ao Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Ghilhem, de maneira informal, que colocasse os navios brasileiros sob o controle operacional do Almirante Ingram, o comandante da Força do Atlântico Sul (CONN & FAIRCHILD, 2000, p. 389).

O que McCann não sabia é que, provavelmente, não apenas esta situação

deve ter deixado o Secretário Knox com uma má impressão do Presidente Vargas. Em 2015, durante uma pesquisa que realizamos no National Archives and Records Administration II (NARA), em Maryland, nos Estados Unidos, encontramos no Record Group 226, da Office Strategic Services (OSS), a agência precursora da Agência Central de Inteligência (CIA), documentos sobre a espionagem no Brasil, e uma carta de um cidadão norte-americano chamado Allen Haden para o Secretário Knox, datada de 28 de setembro de 1942 (LATFALLA, 2019, pp. 241-244). Provavelmente, Frank McCann não teve contato com esta fonte.

Haden era um repórter dos Jornais *Chicago Daily News* e *New York Post*, e estava no Brasil, desde o início de 1941, para enviar notícias para os Estados Unidos, em uma época em que houve um aumento do intercâmbio entre os dois países. Havia visitado cidades do norte do Brasil, antes de chegar ao Rio de Janeiro (O IMPARCIAL, 3 de janeiro de 1941, p.5). Ele conhecia Knox, pois o Secretário de Marinha havia sido o proprietário e editor do *Chicago Daily News*, nos anos de 1930. A mensagem era secreta.

Chamando Knox de “querido patrão”, Haden afirmou que foi procurado de maneira urgente, em um sábado, por José Queiroz Lima, secretário particular do Presidente Vargas, para o envio de uma mensagem deste para o Secretário de Marinha. Haden afirmou que possuía uma forte ligação com Lima, e que conversavam sobre política e questões literárias e que o secretário era leal ao presidente. O encontro ocorreu no Palácio do Catete e durou cerca de 90 minutos. Lima disse que Vargas queria que Knox se convencesse de que a Marinha do Brasil precisava de barcos pequenos, e mais velozes, para a caça a submarinos (NARA, 1942, pp. 1-2).

Quanto às intenções para a mensagem, Haden as enumerou na seguinte ordem:

1. Disse que preferia unidades pequenas, porque elas seriam dadas aos oficiais mais jovens, ao contrário das maiores, entregues aos mais antigos. Getúlio queria ganhar prestígio com os oficiais mais novos.

2. Este fortalecimento com os oficiais da Marinha do Brasil funcionaria como um contrapeso ao Exército. Disse que Vargas tinha sido ameaçado pelo Exército, e que o presidente precisava buscar um suporte. Afirmou que Getúlio estava na posição de Hirohito, sendo pressionado pelo comando do Exército, e precisando de apoio. Haden escreveu que esta colocação tinha que ser vista com reservas, pois Vargas usou estes militares por muitos anos para assustar os EUA.

3. Aqui Haden disse que os contatos entre as duas Marinhas estavam bastante adiantados, e que, para ele, a mensagem tinha três razões aparentes:

3.1 – era mais um exemplo dos sinuosos caminhos da política brasileira, e que Getúlio não ignorava nenhum canal ou questão, para obter seu caminho.

3.2 – ele pretendia que Knox tivesse conhecimento disso antes das reuniões com os almirantes, para que ele não fosse influenciado pelos almirantes para ir para uma direção diferente.

3.3 – ele queria ter certeza de que Knox teve esta ideia antes de vê-lo.

4. A justificativa dada por Getúlio para a aquisição de pequenas embarcações seria uma demonstração de que a frota brasileira tinha caráter defensivo, e que isso diminuiria a reação da Argentina. É bom salientar que durante o Governo Vargas ocorreram crises com a Argentina, por causa das tentativas brasileiras de adquirir belonaves junto aos Estados Unidos. Em 1936, fracassaram a compra de 10 cruzadores, e em 1937,

de 6 contratorpedeiros (LATFALLA, 2019, pp.74-75).

Haden escreveu também que a entrevista poderia ser uma armadilha, para testar sua ligação com Knox. Disse a Lima que a opinião de Knox seria influente na América Latina, e que o secretário estava ansioso por uma descrição pessoal de Knox. Para ele, o principal interesse de Lima era saber se quando Knox prometia alguma coisa, ele cumpria. Haden informou que Knox não era de prometer, mas, se tivesse feito isso, cumpriria o acertado. A mensagem terminava com Haden dizendo que queria um encontro sozinho com Knox, e informando o seu endereço.

Na pesquisa no National Archives II, não foi possível apurar se o encontro entre os dois de fato aconteceu, e também se Haden, além de escritor, era um agente atuando no Brasil. Knox mostrou a carta para o Almirante Ingram? Nada foi encontrado quanto a isso. A impressão é que Knox não levou a carta de Haden a sério, mas deve ter observado que Vargas desprestigiara o comando da Marinha do Brasil.

Este documento é, talvez, inédito e muito intrigante, pois se pode interpretar que Vargas queria aumentar o peso da Marinha do Brasil em relação ao Exército, nas negociações, com a participação dos EUA. Ele demonstra precisar de um apoio externo para isso. E quanto à ameaça de coalizão do comando do Exército contra ele, isso, em princípio, não pode ser confirmado devido à inexistência de documentos. Os generais já haviam pedido exoneração dos postos, algumas vezes, e Vargas não aceitou estas propostas. Não é possível de se avaliar até que ponto esta carta influiu na cobrança feita por Knox a Góes Monteiro, conforme a ser visto, mas a mesma encontra-se depositada nos arquivos do National Archives (NARA). Ela foi entregue ao destinatário no Brasil, copiada e enviada para os EUA.

Também é importante acrescentar que, devido à situação da Marinha de Guerra brasileira, Vargas precisava da proteção da congênere norte-americana para que o país não fosse asfixiado economicamente pela guerra submarina alemã, como, com o fornecimento de combustíveis e o alumínio. Os percentuais de perdas materiais e humanas da Marinha Mercante do Brasil, até aquela oportunidade, segundo semestre de 1942, eram consideráveis. De acordo com Almeida (2010, pp. 301-306), a Marinha Mercante brasileira possuía 652.100 toneladas de arqueação no início da guerra, e, ao final da mesma, 140 mil toneladas de arqueação foram perdidas, 21% do total. Um percentual considerável, tendo em vista a quantidade relativamente pequena de submarinos alemães destinados ao litoral brasileiro. Um ataque com um número superior de submarinos poderia ter causado um estrago ainda maior.

De acordo com Cabral (2015, p. 419) a Marinha de Guerra brasileira estava tentando se modernizar desde 1936, com o chamado Programa de Renovação. Este programa não tinha o planejamento estratégico, no caso a proteção ao litoral e às rotas marítimas, como prioridades, mas apenas a substituição e modernização da frota.

O poder de combate dessa esquadra em relação às quatro tarefas básicas do poder naval (controle de área marítima, negação do uso do mar ao inimigo, projeção de poder sobre a terra e contribuição para a dissuasão) era praticamente inexistente, tendo em vista o atraso tecnológico, a obsolescência dos meios e o despreparo do pessoal, tanto no nível tático-operacional como no estratégico (CABRAL, 2015, p. 419).

Esta viagem não deixa de ser estranha quando se sabe, conforme visto anteriormente, que o Secretário da Guerra, Stimson, e o da Marinha, Knox, tiveram pouca influência na estratégia militar dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, e que muitas decisões importantes tomadas não tiveram a participação deles, e sim dos militares. Allen Haden e mesmo o Presidente Vargas, com certeza, não sabiam das limitações que Knox possuía a respeito da conduta na estratégia de guerra dos EUA.

A COMITIVA DE FRANK KNOX SE ENCONTRA COM OS CHEFES DE ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Além do Presidente Vargas, um militar, bastante ligado ao seu governo também teve uma participação importante durante a visita de Frank Knox: o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Em uma longa entrevista dada em 1955, o general disse que ele foi apenas notificado desta visita, sem que lhe tivessem passado maiores informações, e que desconfiou que uma alta autoridade, em um período complicado da guerra, não viria até o Brasil apenas para observar os navios que operavam em águas brasileiras do Norte e do Nordeste. Afirmou também que procurou se informar sobre a visita com os Ministérios das Relações Exteriores e da Marinha, e mesmo com o presidente Vargas, mas a informação que recebeu era de que Frank Knox viria ao Brasil em simples passeio.

O General Góes disse que compareceu à chegada de Knox normalmente, e que à tarde haveria uma recepção na embaixada dos EUA, só que antes deste evento, o Embaixador Caffery solicitou

que comparecesse à sua residência para um encontro com um almirante norte-americano da comitiva do Secretário de Marinha, e membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada nas negociações para o processo de alinhamento. Góes Monteiro não disse se Caffery marcou encontros com os Chefes de Estado-Maior da Marinha e da Força Aérea Brasileira.

Afirmou que durante este encontro com o almirante foi alertado pelo mesmo que o motivo da visita de Knox era, na verdade, “combinar, em nome do Governo dos Estados Unidos, com o Governo do Brasil, um programa de guerra comum, já que ambos eram beligerantes contra o Eixo”. O almirante disse ainda ao general que Knox:

viera aqui para conhecer do Governo brasileiro o nosso programa de guerra e poder julgar, assim das nossas possibilidades e contribuições que poderíamos dar. Como eu era a pessoa mais conhecida nos círculos militares norte-americanos, dirigia-se a mim para orientar-se e aconselhar-se, começando por perguntar-me se o Sr Knox deveria solicitar uma reunião do Ministério e de técnicos para examinar o problema ou se outra fórmula deveria ser adotada, de acordo com a nossa maneira de proceder em situações idênticas. Não escondeu ainda a pressa que havia de tudo ficar acertado antes da volta do Sr. Knox aos Estados Unidos, quer do ponto de vista operativo, quer sobre outros aspectos relativos à campanha no Atlântico Sul e à provável extensão da guerra a outros continentes, com a participação do Brasil na defesa comum. Verificava-se o que eu temia.

O almirante norte-americano disse também que em contatos preliminares para a visita, com duração de oito dias, estavam

previstos almoços, banquetes e visitas, mas nem uma hora sequer para tratar da guerra. Knox havia criado um problema para ser solucionado pelo general brasileiro (COUTINHO, 1956, pp. 381-382).

É importante salientar que o General Góes Monteiro estava participando das negociações militares entre o Brasil e os Estados Unidos desde 1939, quando o Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, o General George Marshall, esteve visitando o Brasil em caráter oficial. Góes Monteiro era visto por membros do Departamento de Guerra dos EUA como o maior obstáculo para a cooperação entre os dois países, existindo uma considerável quantidade de documentos a seu respeito nos EUA, alguns bastantes críticos quanto à sua postura e à do Ministro da Guerra, o General Eurico Dutra, ambos vistos como simpatizantes do nazifascismo. Bem antes do início da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos, militares ou civis, já monitoravam os passos do general, o que mostra a importância dada por eles à sua atuação. Quanto ao Ministro Dutra, a preocupação era bem menor, dada a diferença na quantidade de informações enviadas e existentes sobre ambos nos EUA (GCMF, 1942).

Naquela mesma noite e madrugada adentro, após reunir seu pessoal do Estado-Maior, Góes Monteiro teve que se virar para dar conta da imensa missão da qual era o responsável. Diria mais tarde:

A minha agonia foi grande durante essas horas e as demais que se seguiram. O amor próprio nacional me impelia para, com máximo de vigor, encobrir nossas falhas e debilidades... Elaborei, então, um esquema meio artificioso, que seria o programa de guerra brasileiro. Baseei-me, para isso, nos conhecimentos e experiências que possuía e contei também com uma dedicação fora do comum

da parte dos meus principais auxiliares. Afinal, à hora marcada no dia seguinte, pude, na reunião dos oficiais brasileiros e norte-americanos, apresentar um trabalho que, embora de afogadilho, era, entretanto, perfeitamente razoável e aceitável naquela contingência. Durante a sessão, revesti-me de sangue-frio e, audaciosamente, mandei proceder a leitura do documento, como se ele tivesse sido elaborado de maneira normal. Terminada a leitura, as autoridades militares presentes foram solicitadas para emitir suas opiniões, o que foi feito por algumas delas com muita proficiência, tanto do lado brasileiro como do lado norte-americano. Por fim, dei a direção dos trabalhos ao Almirante Ingram, Comandante-em-chefe do teatro de operações do Atlântico Sul. Era um homem bastante comunicativo e desfrutava de especial confiança do presidente Roosevelt. Voltou-se para mim e disse: "Se o Brasil for capaz de realizar esse programa de guerra, os Estados Unidos nada mais querem" (COUTINHO, 1956, pp. 383-384).

Uma fonte brasileira, que pesquisamos no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), e outra pelo professor Denisson de Oliveira, no Record Group 165, War Department's Operation Plans Division (OPD) 091 (OLIVEIRA, 2015, p. 56), no NARA, contém os dados apresentados na síntese da reunião, ocorrida em 1º de outubro. Os representantes da comitiva norte-americana eram o Almirante Ingram, como comandante das Forças Navais do Atlântico Sul e o General-Brigadeiro Aviador Robert L. Wash, ambos da comitiva e conselheiros do Secretário de Marinha dos EUA, e pelo Brasil, os Chefes dos Estados-Maiores das Forças brasileiras, General Góes Monteiro, Vice-Almirante Vieira de Mello e o Major-Brigadeiro Trompowsky, além de outros militares.

Fica uma dúvida: por que Frank Knox não

participou da reunião, já que conforme visto anteriormente, viera ao Brasil, em nome do governo norte-americano, combinar um programa de guerra comum entre as duas nações, e conhecer o plano de guerra brasileiro? A sua presença não teria tornado o acontecimento ainda mais importante?

A finalidade da reunião, de acordo com a fonte encontrada no AHEx era: troca de vistas entre os representantes dos dois países, para exame da situação geral; medidas a adotar para a cooperação entre ambos; programa de guerra do Brasil; projetos para operações militares e uma apresentação do General Góes Monteiro sobre a possibilidade da participação brasileira na defesa do hemisfério ocidental (BRASIL, 1942).

O Almirante Ingram deu início aos trabalhos e declarou serem três as questões gerais de grande importância a serem estudadas e resolvidas, sendo a 1ª, a guerra aos submarinos, a 2ª, a proteção da navegação mercante e a 3ª, o desenvolvimento do poder militar das Forças Armadas do Brasil. Ele deu ênfase particular à 3ª questão, dizendo que o fornecimento de material bélico dos EUA tinha uma ordem de prioridade junto aos outros Aliados:

entretanto, afirma que quando o Brasil fizer pedidos razoáveis, ditados pela ordem de urgência do presente momento, ele porá todo o empenho para que os mesmos sejam satisfeitos o mais rapidamente possível, pelo Governo dos EE.UU. Para facilitar a sua ação, convinha que fosse informado em tempo dos pedidos feitos, pois assim a sua intervenção seria mais eficaz. Julga que a vinda do Ministro da Marinha dos EE.UU veio aplainar de muito as dificuldades, pois S. Excia através da visita que fez agora, a diversos portos do país, pode ter uma impressão pessoal.

Pedi ainda que os 3 Chefes de E.M. presentes expusessem suas necessidades, com toda franqueza a ele que é um nosso companheiro de armas, dizendo ainda, em relação aos pedidos feitos pelo Brasil, que ele se interessaria como se estes tivessem sido apresentados pelos próprios EE.UU (BRASIL, 1942, p. 1).

Chamam atenção as palavras grifadas que estão na documentação pesquisada no AHEx. O almirante não explicou o que seriam “pedidos razoáveis”, ou seja, o que havia sido pedido e não recebido pelo Brasil, talvez, considerado exagerado pelos norte-americanos. Quando Ingram fala em expor as necessidades “com toda franqueza”, pode passar a impressão de que antes, não havia franqueza, ou seriedade, nos pedidos feitos aos EUA. E parece que os militares brasileiros não acreditaram que ele fosse um “nosso companheiro de armas”, e que as solicitações brasileiras levá-lo-iam a ter um interesse por eles. A verdade é que o Secretário da Marinha não tinha poderes para tal, e sua visita não resolveria o problema do fornecimento de material bélico para o Brasil.

Retornando à carta de Allen Haden, e se Knox mostrou-a para Ingram, o almirante não apresentou nenhuma das “propostas de Knox”, mas que, na verdade, de acordo com Queiroz Lima, eram do Presidente Vargas.

A seguir, antes da sua exposição, o General Góes Monteiro solicitou algumas informações aos outros de Chefes de Estado-Maior, e estes participaram que já haviam feito entendimentos com o Almirante Ingram em questões concernentes à cooperação entre suas Forças e as dos Estados Unidos.

A Marinha informou que as questões versaram sobre comando e emprego para a proteção à Marinha Mercante,

o patrulhamento do litoral e escolta de comboios. Já a Força Aérea sobre a cooperação na vigilância e ataques aos submarinos no litoral.

Em seguida, o General Góes Monteiro abordou várias questões, por exemplo, da lentidão e precariedade da preparação brasileira para a guerra, e da necessidade do recebimento de recursos materiais vindos dos Estados Unidos, apesar de compreender que a importância do teatro de operações do Atlântico Sul fosse, naquele momento, secundário, e da prioridade dada pelos EUA, em fornecer recursos para outras áreas estrategicamente mais importantes. A questão do envio de material bélico dos EUA para o Brasil constituiu-se em um dos motivos para a lentidão do processo de alinhamento entre as duas nações iniciado em 1939 (LATFALLA, 2019, pp. 233-234).

Após esta introdução, Góes Monteiro apresentou as fases de crescimento do efetivo do Exército Brasileiro. Naquele momento, outubro de 1942, ele contava com 100 mil homens, podendo ser aumentado para 150 mil, ao final do mesmo ano, o que seria a 1ª fase de sua expansão. Na 2ª fase para o primeiro semestre de 1943, e com a chegada de suprimentos, o efetivo chegaria aos 250 mil homens. A previsão na 3ª fase era de que o Exército chegaria ao total de 2 milhões de homens, com aumentos trimestrais no efetivo, mas dependendo da quantidade de material fabricado pelo Brasil, e também do recebido de fora (BRASIL, 1942).

Góes Monteiro a seguir explanou sobre a articulação das Forças ao longo do litoral brasileiro, na 1ª fase da mobilização, para proteger a zona de guerra. Observa-se neste ponto a preocupação do general em mostrar aos militares norte-americanos, a prioridade na defesa das regiões Norte e Nordeste, áreas sensíveis e preocupantes

para os estrategistas dos Estados Unidos desde antes da Segunda Guerra Mundial, que a viam como deficientemente defendida pelas Forças Armadas brasileiras, vide os planos Rainbow 1 e 4 (MORTON, 2004, pp. 30-31) e conforme o demonstrado nas obras de FERRAZ (2005, p. 13 e 4) e CONN e FAIRCHILD (2000, pp. 58-59, pp. 325-326).

É importante ressaltar que, na data da visita de Knox, ainda não havia acontecido a Operação Tocha, a invasão do norte da África pelos Aliados, que ocorreria em 8 de novembro de 1942, e que o sucesso da mesma era uma incógnita. Com a expulsão do Eixo do norte da África, a ameaça de uma invasão do nordeste do Brasil seria praticamente eliminada.

No plano apresentado pelo General Góes Monteiro, a zona de guerra foi dividida por seis: 1ª Subzona, 2ª Subzona, 3ª Subzona, Comando Militar do Rio de Janeiro, Exército Brasileiro do Sul e Destacamento de Observação da Fronteira Sudoeste.

Transcrevemos a seguir as composições da 1ª e 2ª Subzonas, áreas de maior interesse dos Estados Unidos:

(sic)

a) 1ª Sub-zona: Corpo de observação do estuário amazônico e da fronteira das Guianas, constituído de destacamentos ligeiros do Exército e Aeronavais, para vigilância e proteção dos portos, ilhas e da navegação, incluso um cordão de vigilância descontínuo posto ao longo da fronteira com a Guiana Francesa. Quartel General em Belém.

Nesta sub-zona a cooperação aeronaval de elementos norte-americanos terá de realizar-se, particularmente, para garantir as correntes de transportes aéreos e marítimos, guarda aeródromos e depósitos do Amapá, Belém e ilhas – caça a submarinos.

b) 2ª Sub-zona – Exército

Brasileiro do N.E e do oriente do Brasil: abrangendo os territórios das 10^a, 7^a e 6^a RM.

Constituída da formação de terra (G. U. reservas), navais e aéreas, em cooperação com a esquadra U.S.N. do Atlântico Sul, encarregadas da guarda e vigilância do litoral e mares próximos, bem como da proteção dos portos e comunicações.

De um modo geral, umas D.I. reforçada, desdobrada no litoral do Maranhão e Ceará, destacamentos e postos de vigilância nas praias e destacamentos mixtos em Fortaleza e São Luiz, para a proteção dos portos, guardas dos depósitos e aeródromos.

Do mesmo modo, uma outra D.I. reforçada, abrangendo os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba do Norte e ainda outra nos Estados de Pernambuco e Alagoas com missão análoga. Uma 4^a D.I. nas mesmas condições na Baía e Sergipe.

- Elementos reservados e unidades navais da F.A.B.

Q.G. do Cmt. em Chefe: Recife (e das forças aéreas e navais)

Q.G. dos setores: Fortaleza, Natal, Recife e Baía (BRASIL, 1942, p. 6).

Na parte final da síntese está escrito: "Após essa exposição, o Sr Almirante Ingram felicitou o Sr Gen. Góes pelo acerto dos conceitos emitidos com os quais concordou plenamente".

O professor McCann escreveu que a artimanha montada por Góes Monteiro conseguiu enganar o Almirante Ingram e o Secretário Knox, mas que a mesma não fortalecia a postura defensiva do Brasil. A documentação sobre a reunião encontrada no NARA confirma que, realmente, os estadunidenses acreditaram no plano apresentado (McCANN, 1985, p. 237).

Góes Monteiro não negou a artimanha quando, posteriormente, disse que:

durante aqueles momentos de aflição, transcorridos numa das salas do Estado Maior do Exército, em que eu mostrava aos americanos o "interesse" e o "trabalho" do governo Brasileiro em defesa da causa comum, no que dizia respeito à guerra, eu me sentia como num pelourinho (COUTINHO, 1956, p.385).

As palavras "interesse" e "trabalho" foram colocadas entre aspas pelo próprio Góes Monteiro. Tanto ele como o Ministro Dutra não estavam satisfeitos com a situação militar e nunca esconderam isto.

A verdade é que depois da visita de Knox e, por algum tempo, quase nada de prático foi realizado visando à melhoria da situação defensiva do país e mesmo para uma participação mais efetiva no conflito mundial. As dificuldades do Brasil eram enormes para cumprir as suas obrigações defensivas. O próprio Ingram, mais tarde, em data desconhecida, se queixaria ao Presidente Vargas da lentidão do progresso do esforço de guerra (MCCANN, 1985, pp. 239-240).

Esta insatisfação do almirante em relação ao andamento dos esforços brasileiros era também compartilhada por Góes Monteiro. Este afirmou que, de prático, pouca coisa havia sido realizada, e deu como exemplo apenas as traduções e compilações de novos regulamentos militares, incluídos armamentos que o Brasil ainda não possuía e o envio de alguns oficiais de Estado-Maior, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, ao *front* norte-africano.

Além disso, em uma longa carta (22 páginas) ao General Alcoforado, que respondia pela chefia do Estado-Maior do Exército, escrita após o seu afastamento por motivo de saúde, no início de 1943, ele fez críticas sobre o esforço de guerra brasileiro. Alcoforado solicitou a opinião do general a respeito de um documento

sobre a “Defesa e Vigilância da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”, e também sobre certos pontos de vista defendidos pelo EME (AN, 1943, p. 1).

Góes Monteiro afirmou que sua opinião não devia ser tomada como em caráter oficial por estar afastado de suas atribuições por motivos de saúde, mas não deixou de criticar fortemente a condução do esforço de guerra brasileiro. Afirmou que, após oito meses da declaração de guerra, o país não tinha um programa ou plano de guerra. Reclamou que uma nação não se organiza para uma guerra apenas com decretos, leis e ordens, e com excesso de burocracia (AN, 1943, pp. 2-3).

Passados oito meses, que avançamos neste terreno que representa algum valor real e efetivo a que não se pareça com ridículo, tendo nossos navios afundados a beira de nosso litoral onde flutua a impotência de nossa esquadra, onde adeja a impotência de nossa aviação, onde se desnuda a impotência de nosso Exército? Em terra, no ar e no mar vamos colhendo insensíveis e amargurados os frutos das árvores que plantamos (AN, 1943, p. 6).

Afirmou ainda que nunca havia sido escutado nas questões relativas à defesa nacional, o que era uma inverdade quando se sabe que ele foi o principal negociador militar com os EUA. Expressou ainda a sua indignação quando foi obrigado pelas circunstâncias a apresentar e inventar um plano de guerra para ser mostrado ao Secretário Knox, plano este descrito por ele como uma farsa e na qual disse que havia representado a figura de um histrião vulgar (AN, 1943, pp. 7-8).

Para Góes Monteiro todos os esforços e recursos da nação deveriam ser dirigidos para a máxima produção para o esforço de guerra, e criticou o isolamento entre os órgãos da administração brasileira.

Na mesma carta fez um desabafo a respeito do andamento dos preparativos tomados em decorrência do estado de guerra:

Quem ignora, por exemplo, que a política exterior do Brasil é frouxa devido ao antagonismo que se criou com a política do Exército, e esse desentendimento não se atomiza avassalando outros departamentos autônomos do Governo, mais ou menos separados e atritados entre si. É crível que nem os Ministros civis e militares, nem os Estados Maiores, nem generais de terra, mar e ar, nem diretores de departamentos técnicos e administrativos não se reúnem uma vez após oito meses da declaração de guerra para assentar medidas concorrentes à mobilização e às necessidades operativas? (AN, 1943, p. 19).

Este desabafo do general é surpreendente, pois de acordo com ele, após oito meses da declaração de guerra ao Eixo, as autoridades ainda não tinham se reunido para traçarem as diretrizes para a conduta da guerra. Escreveu ainda: “Estamos ou não em guerra. *That the question*” (AN, 1943, p. 10).

Mas, os norte-americanos, naquela oportunidade, também não fizeram a sua parte, no envio do material prometido para as Forças Armadas do Brasil. Como um exemplo, Silva (1964, p. 310) citou uma carta escrita em 24 de abril de 1943, em Washington, pelo Vice-Almirante Álvaro de Vasconcelos, membro da Comissão Militar Mista Brasil/Estados Unidos, ao presidente Vargas, a respeito de material a ser fornecido para os contratopedeiros conhecidos como *Marcílios*. Em um trecho da carta, o Almirante Álvaro Vasconcelos escreveu:

Quanto à prontificação dos Marcílios, eu esperava justamente a chegada do Capitão-tenente Isaac, anunciada desde fins de fevereiro, para poder voltar a carta de 19 de janeiro, em que V. Exa. me honrou. Nessa carta dizia V. Exa. que, por ocasião de sua estadia aí, o Secretário Knox prometera apressar a remessa do resto do material necessário para que os navios pudessem mover-se, mas (permita-me V.Exa. transcrever de sua carta) “a verdade é que até agora não vieram”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita de Knox ao Brasil foi inusitada, tendo em vista os acontecimentos ocorridos durante a sua permanência. Ele foi surpreendido com a proposta apresentada por Ingram, idealizada pelo Presidente Vargas, a respeito dos norte-americanos passarem a comandar as Forças Navais brasileiras. Ficou contrariado com a proposta e, somente depois das explicações dadas, aceitou aquela situação.

Já com relação à carta de Allen Haden, ele também deve ter ficado surpreso com a postura do presidente brasileiro desprestigiando o comando da própria Marinha. Nenhuma das supostas propostas de Getúlio Vargas, apresentadas por Queiroz Lima a Allen Haden, foi levada em consideração, ou apresentada como se fosse de Knox, na reunião com os Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil. A questão do comando das Forças Navais brasileiras e a carta de Allen Haden, com certeza, fizeram com que Frank Knox não tivesse uma boa impressão do Presidente Vargas.

A reunião da comitiva de Knox com o General Góes Monteiro, provavelmente, foi solicitada para pressionar o militar brasileiro, para que ele agisse ou tomasse uma posição mais pró-Aliados, tendo em vista a desconfiança que os norte-americanos tinham quanto à sua conduta suspeita de ser pró-Eixo. Porém, conforme já demonstrado, Frank Knox não tinha poderes para discutir ações militares com autoridades de outros países. E ao final, Góes Monteiro montou um plano às pressas, e esta artimanha conseguiu enganar Knox e sua comitiva que o aprovaram, apesar do mesmo não melhorar as defesas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial: considerações históricas e estratégicas. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Orgs.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. 1ed. Rio de Janeiro: Multifoco-CNPq-FINEP-Tempo UFRJ, 2010, v. 1, pp. 295-320.

AN. Arquivo Nacional. *Carta de Góes Monteiro ao general Alcoforado, respondendo pela chefia do EME do Brasil, em 18 de março de 1943*. Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, SA 349.

BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Secreto. *Síntese da reunião realizada em 1º de outubro de 1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. Documentos da Comissão Mista Brasil-Estados. 1942.

CABRAL, Ricardo Pereira. O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, LEÃO, Karl Schurster de Sousa e ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de Almeida. *Atlântico. A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CONN, Stetson & FAIRCHILD, Byron. *A estrutura de defesa do Hemisfério Ocidental. O Exército dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GCMF. The George C. Marshal Foundation. 3-190 To General Pedro Góes Monteiro, May 12, 1942. Disponível em: <https://www.marshallfoundation.org/library/to-general-pedro-ges-monteiro-4>. Acesso em 27-07-2020.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado*. Teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1999.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-EUA 1939/1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

MORTON, Louis. Primeiro a Alemanha: o conceito básico da estratégia aliada na Segunda Guerra Mundial. In: *As grandes decisões estratégicas. Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

NARA. National Archives. Record Group 226. Office of Strategic Services (OSS). *Carta secreta de Allen Haden ao Secretário de Marinha Frank Knox*. Rio de Janeiro, 28-09-1942, p. 1 e 2.

NETO, Lira. Getúlio. 1930-1945. *Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 1941.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA*. Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

SILVA, Hélio. *1944 O Brasil na Guerra*. O Ciclo de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, volume XIII.

USA. Harvard University. *The Frank Knox Memorial Fellowships*. Cambridge: Harvard, 2016. Disponível em: frankknox.harvard.edu. Acesso em: 20 de julho de 2020.

VARGAS, Getúlio. Diário/apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto. São Paulo Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Volume 2.